



# DIÁRIO

## *da Assembleia Nacional*

IX LEGISLATURA (2010-2014)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA

### **REUNIÃO DA 2.ª COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE 14 DE JANEIRO DE 2011**

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. Alcino Pinto

**Secretário:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. António Ramos

#### **SUMÁRIO**

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 8 horas e 20 minutos.

A 2.ª Comissão Especializada Permanente deu continuidade à análise, na especialidade, das GOP e OGE para o Ano Económico de 2011 referente ao Ministério do Plano e Desenvolvimento. Fizeram uso da palavra, a diverso título, o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento (Agostinho Fernandes), o Sr. Ministro

das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos) e o Sr. Director do Planeamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento (Manuel Moniz), em resposta às solicitações dos Srs. Deputados José Diogo (ADI), Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD), António Ramos (MLSTP/PSD), Delfim Neves (PCD), António Barros (MLSTP/PSD) e Albertino Bragança (PCD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião às 11 horas.

O Sr. **Presidente** (Alcino Pinto): — Srs. Deputados, existe quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

*Eram 8 horas e 20 minutos.*

*Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:*

Acção Democrática Independente (ADI):

**Adilson Cabral Managem**  
**Alexandre da Conceição Guadalupe**  
**José da Graça Diogo**  
**Martinho da Trindade Domingos**

Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido Social Democrata (MLSTP/PSD):

**Alcino Martinho de Barros Pinto**  
**António Afonso Ramos**  
**António Neves Sacramento Barros**  
**Guilherme Octaviano Viegas dos Ramos**

Partido de Convergência Democrática (PCD):

**Jorge Dias Correia**

Queria agradecer aos Srs. Deputados por terem feito um esforço no sentido de estarem, pontualmente, para a reunião de hoje. Hoje registamos o mesmo atraso de ontem, quase 20 minutos.

Vamos, de imediato, dar início aos nossos trabalhos. Como já é tradição, queremos referir que vamos analisar o Ministério do Plano e Desenvolvimento; depois analisaremos o Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais e, por último, a Secretaria de Estado da Juventude e Desporto.

Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento, especialmente para si, gostaríamos de dar-lhe as boas - vindas e desejar-lhe, em nome da Comissão e de toda a Assembleia Nacional, um bom ano.

Srs. Deputados, hoje, no quadro do Plano e Desenvolvimento, gostaria apenas de recordar-vos que estamos num dos sectores mais importantes da actividade económica do País. Vimos, no quadro do debate na generalidade, que o nosso país continua a ser de uma economia débil, dependendo, significativamente, de grandes ajudas externas.

Daí que hoje, face a essa fragilidade, deveremos ver, na estrutura do orçamento, se com ele podemos contribuir para iniciar um percurso para invertemos a situação, de forma que a expressão, sobretudo do sector primário, na estrutura da nossa economia possa ser um pouco mais significativo, bem como o sector terciário que também tem a ver com este ministério.

Sr. Ministro, se achar pertinente poderá introduzir algumas considerações, relativamente, ao seu orçamento no capítulo «despesas correntes» e «despesas de capital», antes de passarmos a palavra aos Srs. Deputados para colocarem perguntas, propostas ou pedidos de esclarecimento.

Daí que gostaria de convidar-lhe para as palavras introdutórias.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento** (Agostinho Fernandes): — Sr. Presidente, queria, em primeiro lugar, cumprimentar também os Srs. Deputados, apresentar as minhas desculpas pelo ligeiro atraso e desejar um bom ano a todos.

Não tendo considerações preliminares, coloco-me à disposição dos Srs. Deputados para os eventuais esclarecimentos, perguntas e tudo que bem entenderem.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, estamos num ministério amplo, como disse anteriormente. Prende-se com o sector primário, agricultura, turismo, indústria, pesca e comércio, as empresas estatais, creio que hoje também estão sob a coordenação deste ministério, e a maior superfície do nosso território, que é o mar, também está incluído neste ministério.

Daí que gostaria de passar, de imediato, a palavra aos Srs. Deputados para colocarem as questões julgadas pertinentes.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Diogo, para uma intervenção.

O Sr. **José Diogo** (ADI): — Sr. Presidente, apenas gostaria de obter algum esclarecimento.

Vejo cá no seu orçamento duas verbas, deveras avultadas, uma de 107 mil milhões e outra de 37 mil milhões, que tem a ver com «Apoio ao sector agrícola e pesca» e «Reabilitação de infra-estruturas de apoio à segurança alimentar».

Gostaria apenas que me espelhasse com maior informação para eu perceber quais são as acções que estão em vista.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Diogo, para ajudar os nossos colegas a localizarem, talvez fosse conveniente fazer referência ao código.

O Orador: — São os códigos 3236 e 3385.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, efectivamente, o Ministério do Plano e Desenvolvimento, além da sua extensão, é o que representa também uma das grandes importâncias para o nosso bem-estar, mormente, ligado aos sectores primários, embora também alguns dos sectores terciários.

A primeira questão, no que concerne à agricultura, vejo no ponto 2513, «Desenvolvimento integrado da zona de Pinheira», um montante de 2 mil milhões e 500 mil. Gostaria que o Sr. Ministro nos brindasse com informações, dizendo a que se refere essa acção concreta.

Segunda questão, ponto 2535, «Luta contra o abate ilegal das árvores». Acho que esse montante é de extrema importância porque, actualmente, sabemos da repercussão que tem esta questão. Porque torna-se necessário, mesmo na questão dos abates, também ver a questão da educação para o plantio e renovação das mesmas, árvores que permitem um rápido desenvolvimento.

Estive num país durante alguns anos, que é Cabo-Verde, que anualmente se plantava mais de 5 000 plantas anuais e aqui, ...

Há uns coordenadores encarregues dessa questão e são eles, às vezes, que cooperam no abate. Em vez de serem os controladores, são eles que cooperam nos abates, com telemóveis, produzindo carvão e o tudo mais. Não sei se essa própria equipa continua eficiente. Portanto, não sei se esses 2 mil milhões serão,... não sei, acho que não deve ser para o salário, porque aqui tem o apoio da Guiné Equatorial.

A terceira questão, baseia-se no «projecto de apoio ao desenvolvimento pecuário». Também gostaria que o Sr. Ministro nos explicasse se esse montante é para aquisição de novas espécies, que entra o bovino, o ovino, o caprino. Porque as espécies actuais já estão a diluir-se e torna-se necessário a aquisição de mais espécies, mesmo as avícolas.

Pelo que me pude aperceber, num projecto com o apoio da China - Taiwan que foi entregue, oficialmente, ao nosso governo, acho que foi uma boa decisão, mas levanta-se-me uma preocupação. Tenho receio que, dentro de um ano, essas aves e essas espécies pecuárias vão ser usadas na alimentação, tendo em conta algumas experiências que tivemos no passado.

Depois, não sei se estaríamos só neste sector ou se poderia abordar outros sectores. Pode ser na totalidade?

O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento: — Sim, sim.

O Orador: — Agora eu iria então para o «programa de apoio ao sector do comércio». Este sector é uma preocupação enorme em termos de abastecimento, com regularidade, a população, principalmente em géneros de primeira necessidade. Isso é fundamental, mas esses 12 mil milhões são para quê concretamente?

Ficaria por aqui e depois iria abordar, numa segunda etapa, outras questões.

O Sr. Presidente: — Não havendo mais intervenções de momento, passaria a palavra ao Sr. Ministro para responder.

O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento: — Sr. Presidente, a primeira questão que foi colocada relativamente às duas cifras mais importantes ao nível do orçamento do sector da agricultura, portanto, estamos a falar, em primeiro lugar, de 107 mil milhões, «Apoio ao sector agrícola e pesca» e depois 37 mil milhões, «Projecto de reabilitação das infra-estruturas de apoio à segurança alimentar».

No primeiro caso, é um projecto que já vem de algum tempo a esta parte, estamos a falar de desde 2004, se não estou em erro, que tem a ver com um conjunto de acções que devem ser levadas a cabo pelo sector e que são apoiadas pela cooperação espanhola.

Relativamente a esse projecto, ele visa financiar, entre outras coisas, a reabilitação e equipamento do laboratório de Potó, para a certificação dos produtos de origem vegetal e animal, a construção de um parque de máquinas e equipamentos para a agricultura, portanto, é um projecto que já estava numa fase, relativamente, avançada, mas por alguma razão houve uma paralisação e, neste momento, o Ministério das Finanças está a reatar os contactos com a Espanha para assegurar a sua concretização.

Relativamente aos 37 mil milhões, estamos a falar do projecto PRIASA (Projecto de Reabilitação das Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar), financiado pelo BAD e que tem várias componentes ligadas, essencialmente, à criação e reabilitação de todo um conjunto de infra-estruturas que vão concorrer para apoiar o sector agrícola.

Estamos a falar da irrigação, da construção de secadores, da formação de agricultores e pescadores. Portanto, todo um conjunto de componentes. É um projecto que está garantido e, neste momento, precisamos apenas de assinar o acordo com o BAD. Já estamos, inclusive, a lançar os concursos para a constituição da própria equipa que vai proceder à gestão desse projecto. Isso relativamente a essas duas verbas.

O Sr. Deputado Guilherme Octaviano também levantou algumas questões ligadas ao sector da agricultura, nomeadamente o Projecto Integrado de Pinheira. É um projecto que também não é novo. Ele resulta do reconhecimento das potencialidades daquela zona para o desenvolvimento de culturas alimentares, particularmente o milho e a mandioca.

É um projecto que tem três componentes:

A primeira, tem a ver com o desenvolvimento agrícola e agro-industrial. Portanto, aquisição de equipamentos, fertilizantes, pesticidas, sementes, materiais para construção de infra-estruturas e sistema de irrigação;

A segunda componente é de desenvolvimento de pecuária, portanto, aquisição de animais, ração, medicamentos, insumos, a construção também de infra-estruturas e aquisição de equipamentos;

A terceira, é de infra-estruturas comunitárias, que tem a ver com a reabilitação de casas, creches, latrinas, pocilgas e por aí fora.

Esse projecto, como disse, não é novo, já se iniciou. Há uma fase que já foi executada, que tem a ver com a construção de depósito para irrigação, mas há outras que deverão ser também activadas e que contarão com o apoio da cooperação taiwanesa.

A segunda questão, relacionada à luta contra o abate ilegal de árvores, é um projecto que tem também a ver com o sector das florestas. Como sabemos, todos os problemas de abate de árvores, tanto legal como ilegal, constitui uma ameaça séria, tanto para o meio ambiente como para a própria agricultura.

Tivemos, no último ano, uma seca prolongada que se considera que tem também, como uma das suas causas, essa problemática do abate ilegal de árvores e estamos todos a sentir as consequências em termos de produção, de preços dos produtos ao consumidor. Daí que considera-se importante travar o abate ilegal de árvores.

Também temos a noção que essa problemática tem a ver com o problema do desemprego. Portanto, as pessoas, na busca de soluções de sobrevivência, muitas vezes, com ou sem consciência das consequências dos seus actos, dedicam-se a isso. Daí que entendemos que é necessário desenvolver um conjunto de acções para, de alguma forma, pôr cobro a essa situação.

Isso passa, essencialmente, pela sensibilização e criação de equipas de fiscalização comunitárias. Neste momento, temos a equipa de fiscalização que está, de alguma forma, sediada na Direcção das Florestas, mas pretendemos, com a descentralização dos serviços da agricultura, das pescas e da pecuária, que haja envolvimento das comunidades neste processo.

Portanto, isto visa, de facto, formar e capacitar as pessoas para poderem intervir, de forma mais adequada, no combate a este flagelo.

«Projecto de apoio ao sector pecuário», também já está em curso, financiado pelo BAD. Ele visa, entre outras coisas, a importação de animais para a melhoria da raça nacional, cruzamento e melhoramento da raça, apoio a construção de infra-estruturas de albergue dos animais, construção de centros de quarentena animal, melhoria do centro de abate e aquisição de medicamentos e vacinas. Portanto, é um projecto que já está em curso com o financiamento assegurado. No fundo, trata-se apenas de continuidade.

«Programa de apoio ao sector do comércio», haverá um programa que é financiado pela União Europeia, não tem a ver com a questão do abastecimento do mercado. Tem a ver, sim, com duas problemáticas essenciais: a primeira, é o apoio ao sector privado, naquilo que diz respeito às fileiras de exportação, portanto, produtos de exportação. Esses produtos já estão identificados e é necessário apoiar o sector privado que opera nessas áreas, no sentido de poder produzir e exportar, em condições aceitáveis, ao nível dos mercados para os quais eles são exportados.

Como os Srs. Deputados devem saber, São Tomé e Príncipe está num processo negocial com a CEMAC para assinatura do acordo de parceria económica com a União Europeia. Esse acordo tem, como uma das componentes, a abertura do nosso mercado aos produtos europeus e, consequentemente, a abertura do mercado europeu para os nossos produtos.

Para que esse acordo não seja lesivo para os interesses do sector económico são-tomense é necessário que esse sector esteja devidamente organizado, estruturado e com capacidade para produzir e exportar, com qualidade aceitável, ao nível desses mercados.

Então, aí a União Europeia disponibilizou este apoio para ajudar a melhorar a qualidade ao nível dessas fileiras de exportação, já devidamente identificadas.

A outra componente deste projecto tem a ver com o apoio ao próprio sector do comércio, naquilo que diz respeito à formação, capacitação e apoio a elaboração de leis que permitem criar um quadro jurídico mais adequado ao desenvolvimento do sector privado - estamos a falar, entre outras coisas, da lei da concorrência. É um projecto de cerca de 1 milhão e 300 mil Euros e que já se negociou e já se assinou. Há um conjunto de requisitos que se precisa preencher para a sua efectivação, é um projecto que já vinha, mas com algumas dificuldades e que pretendemos, de facto, implementar de forma mais célere e adequada possível para podermos atingir os seus objectivos.

Portanto, a questão do abastecimento do mercado, que é também bastante preocupante, não encontra enquadramento no âmbito deste item.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, não sei se estou a fazer confusão ou não, mas na rubrica 3396, «STP/SP202 – integração de questões de população, SR, género desenvolvimento», depois vem «Programa de apoio ao sector do comércio», e de novo repete-se a mesma rubrica, 3396, onde a primeira tem o financiamento

da FNUAP e a segunda o HIPC. Não sei houve uma confusão, ou repetição, ou será que se vai somar. São fontes de financiamento diferente, mas gostaria, se houvesse possibilidade, para me esclarecer um pouco mais.

Na rubrica 2562, «Instalação de pequena unidade de transformação de produtos locais», tem aqui um valor de 2 mil milhões. Pela experiência que tenho como trabalhador de uma empresa multinacional italiana de produtos alimentares, o preço de uma máquina de transformação, este valor não é quase nada, quando se fala de transformação. Não sei até que ponto é essa transformação. Se é ferver os produtos e metê-los em vasilhames ou se é mesmo uma indústria de transformação mesmo a sério que o Sr. Ministro se refere, que se pretende exportar.

Essas são as pequenas dúvidas que tenho em relação a isso.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro, obrigado pelas questões que me pôde clarificar.

Agora, passaria para a segunda ronda de questões. No ponto 3380, «Sistema, ...», não sei se é de participação e gestão de recursos haliéuticos. Está prevista uma verba de 1.601 milhões. Levanto essa questão porquê? Não sei se este montante também seria possível integrarmos, ou se está prevista a questão de algum laboratório ligado a nossa participação. Porquê?

Não sei se o Sr. Ministro também recebeu uma famosa carta do Sr. Teotónio Torres. Porque nós aqui na Assembleia Nacional recebemos esse documento e, com uma estrutura parlamentar de audição popular, procurámos dar um tratamento pormenorizado desse documento e, inclusive, trabalhámos, se não estou em erro, com o Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional.

Ouvimos os diferentes sectores, deram-nos algumas pistas muito importantes, que não eram tal e qual aquilo que o Sr. Dr. Teotónio Torres fazia nas matemáticas no seu documento. Portanto, a minha pergunta é se também neste capítulo prevê-se algum laboratório isto porque eles também reclamavam que era necessário um laboratório para fazer alguns estudos dos produtos haliéuticos.

Rubrica 3385, «Apóio ao sector agrícola e pesca». Parece-me que é um montante que está mais engordado. No entanto, apesar de serem dois grandes sectores, gostaria de saber, concretamente, qual seria a disseminação desse apoio.

Por fim, a rubrica 3386, «Fiscalização e vigilância pesqueira». Acho que é de extrema importância, porque sabemos que deambulam pelas nossas águas alguns piratas, não é igual àqueles que estudámos, como os holandeses ou aqueles que temos assistido ultimamente, os somalianos, mas sabemos que há alguns que vêm cá ver a questão dos nossos produtos pesqueiros. Somos pequenos territorialmente, mas temos uma zona marítima grande e acho que essa questão da vigilância, controlo e fiscalização é de extrema importância.

Portanto, gostaria de saber em que consiste o montante ali indicado para essa fiscalização.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. **Delfim Neves** (PCD): — Sr. Ministro, como dizia o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, o seu Ministério abrange grande parte dos sectores que têm a ver com a vida pública e privada. Nalguns aspectos, quase todos os sectores primários, terciários e, nalguns casos até, secundários. Tanto é que a designação desse ministério confunde um pouco com o conteúdo e a abrangência que ele tem.

Por isso, antes de começar, gostaria de fazer uma pergunta, porque não vi cá e não sei. Trata-se do mercado de conservação e comercialização de pescado (DOCA), se também está ou não no seu sector?

Se pudesse responder para depois continuar com a minha intervenção.

O Sr. **Ministro do Plano e Desenvolvimento**: — Não, a «DOCA» não faz parte.

O Orador: — Muito obrigado, não sendo o caso não vou falar sobre isso.

Entretanto, vou levantar algumas questões ligadas ao orçamento, se estamos a discuti-lo é neste quadro que se deve levantar algumas questões, que estão aqui e outras que nem sequer estão.

Gostaria de saber o que é que o Governo pensa fazer com as infra-estruturas das ex-empresas agrícolas. Se levanto essa questão, Sr. Ministro, é porque estou muito preocupado com isso. Acho que não basta o Governo ou o Estado ser proprietário de patrimónios que estão, efectivamente, abandonados, em fase de degradação muito avançada, deixando à sua sorte alguns membros da população que habitam nessas infra-estruturas.

Confesso-lhe que de 2006 para cá, só num orçamento vi espelhado alguma verba com relação às infra-estruturas das empresas agrícolas. Estou a referir-me a 2007, após a reunião da comissão mista com Angola, em que se estabelecia uma verba para o melhoramento das infra-estruturas de Agostinho Neto e de Monte Café. De lá para cá, mais nada.

Vou-lhe falar com um exemplo prático, que conheço e bem, que é a empresa Agostinho Neto. Não sei se o Sr. Ministro conhece e sabe qual é a condição actual da casa da ex-administração dessa empresa e do seu hospital, passando pelas oficinas, sector tecnológico e alguns armazéns.

Esta empresa, se hoje não está pior do que se esperava é porque houve um grupo de cidadãos que decidiu meter a mão. Mas que até hoje o Estado não reconhece os trabalhos que estão a ser feitos. A empresa tinha sido entregue

a um grupo de nacionais, o presidente do grupo era o próprio Presidente da República, que mais tarde abandonou a empresa.

Já estava encapoeirada, passado um ano e meio. Entretanto, esse grupo de cidadãos foi para lá e têm estado a gastar em média 500 milhões de dobras por ano, já há cerca de três anos. Estou a referir-me às despesas de manutenção e algumas pessoas que lá trabalham.

Mas a minha maior preocupação não é com relação a esse grupo de cidadãos. É com o destino que se quer dar a essas infra-estruturas. Sabem que Agostinho Neto - estou a falar da sede -, foi construída numa elevação, e na parte superior há vários caudais de água que penetram na sua superfície. Estou a falar na superfície das infra-estruturas. Já houve um sinal, há pouco mais de quatro anos, em que uma parte dessa infra-estrutura desabou, cobriu a estrada e parte do campo de futebol. Foram para aí os chamados administradores de então e não fizeram nada até hoje.

Existem vários sinais de saída de água, porque ela tem que sair por um lado qualquer, e que não se descobre qual é a fonte desta penetração. E porque, tal como Agostinho Neto, todas as outras empresas agrícolas estão nas mesmas situações, não vejo neste orçamento qualquer sinal sequer para melhorar essa situação.

Se falo de Agostinho Neto, é porque, contrariamente às outras, tem uma especificidade e condição completamente diferente. Lá não se fez a distribuição de terras, sei que cerca de dois mil membros da população vivem à sua sorte, não têm onde colher, não têm um emprego, não têm patrão, não têm um Estado, não há uma autoridade. Quer dizer, aquilo diria que é um barril de pólvora que qualquer dia pode incendiar. E não vejo nada cá.

Sei que o Governo falou, no passado, das perspectivas que tem com as empresas agrícolas, que ainda são do Estado, mas não vejo cá nada para melhorar essa situação. Mas quero chamar a sua atenção porque é uma preocupação profunda. Estamos aqui a falar de PAPAFPA, que tem dois sectores diferentes, PAPAFPA FIC e PAPAFPA OCP, mas essas infra-estruturas comunitárias, se calhar, não abrangem a reabilitação de edifícios das ex-empresas agrícolas.

Gostaria de saber o que é que o Governo pensa fazer com essas empresas. Se pensa privatizar, quando e como? Se, eventualmente, foi um lapso de não introduzir alguma verba para o melhoramento dessas infra-estruturas, que falemos cá e encontremos uma saída para tal.

Outra preocupação que tem a ver com aquilo que está aqui no Orçamento: «Incubadoras», se calhar, será algo ligado a criação de ovos, que se vai germinar. Depois vem «Criação de empresas» e gostaríamos de saber, exactamente, o que é que isto quer dizer.

Outra questão, tem a ver com o apoio ao sector do comércio. Não sei se esse programa, FED, é para dar formação ou se é para créditos ao sector comercial. Vejo aqui «Programa de apoio...», mas apoio pode ser vasto, no sentido lato da palavra. Portanto, poderia clarificar o que é apoio ao sector do comércio?

Há outras questões, mas para não ficar com muitas questões na cabeça fico por aqui e, se for necessário, voltarei um pouco mais tarde.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano para os devidos esclarecimentos.

**O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento:** — Sr. Presidente, se calhar vou começar pelo fim, porque tenho a memória mais fresca em relação ao que foi, recentemente, dito e depois responderei às primeiras questões.

Relativamente ao programa de apoio ao sector do comércio, julgo ter já respondido a essa preocupação, que foi levantada pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano. Na altura disse que havia duas componentes, uma que tinha a ver com o sector privado, portanto, apoio às fileiras de exportação e outra que tem a ver com o reforço do próprio sector do comércio.

Relativamente à questão das infra-estruturas das empresas agrícolas, agradeço o Sr. Deputado Delfim Neves pela preocupação manifestada. Acho que, de facto, é algo que nos deve preocupar a todos e é uma matéria, relativamente à qual devemos encontrar consensos para ultrapassar os problemas. Se calhar também para percebermos melhor o problema e, só assim, encontrarmos a melhor forma de resolvê-lo.

Aí levantam-se algumas questões. Eu próprio me questiono, quando falamos hoje de Agostinho Neto, será que ainda estamos a falar de uma empresa agrícola, ou de uma ex-empresa agrícola? Uma empresa é uma unidade económica, juridicamente organizada, quer dizer que tem uma estrutura de gestão, de administração, tem um pessoal, tem um património e uma actividade concreta. Neste momento, salvo melhor entendimento, acho que temos é uma ex-empresa, de facto, quase que abandonada pelo Estado.

A questão das infra-estruturas, como é óbvio, e se não se tratar hoje de uma empresa agrícola, o seu tratamento não deverá ser no âmbito do Ministério do Plano e Desenvolvimento. Portanto, os patrimónios do Estado não estão sob a tutela do nosso ministério.

Temos a componente agricultura, se estivermos a falar de uma empresa agrícola entregue ao Estado e gerida através deste, aí tudo bem. Mas não é o caso, neste momento. Daí que, embora se trate de uma questão, na minha perspectiva também urgente, deve merecer um tratamento, se calhar, multisectorial.

Relativamente à parte que diz respeito, concretamente, à agricultura, consideramos que essa questão, de facto, não é nova, vem-se arrastando há alguns anos e, infelizmente, não se encontrou a melhor solução. Disse bem o Sr. Deputado, houve algumas boas vontades que decidiram intervir para mitigar a degradação, quer patrimonial quer para assegurar alguma coesão social.

Mas, como é óbvio, essas intervenções de boa vontade também têm as suas limitações. Daí que, em boa altura, provavelmente, não tomámos as melhores decisões em relação à esta matéria, estando hoje nós, o actual Governo, a herdar um legado que é mais problemático do que tudo.

Relativamente a isso, devo dizer que, logo que assumimos a governação, fomos confrontados com a questão do abate, também bastante agressivo, de cacaueiros, queimas, etc., nessa zona de Agostinho Neto. Procurámos indagar a situação e constituir uma equipa, juntamente com a associação dos moradores, para perceber um pouco o que se passava por lá.

Aquilo que pudemos constatar dos relatórios técnicos é que, associado ao abandono da empresa por parte do Estado, houve algumas questões de injustiça na distribuição de terras. Pedimos o mapa dessa zona, como é que tinha sido distribuída para percebermos a razão que justificava toda a confusão naquela zona. Deparamos que muitos daqueles terrenos foram distribuídos para os políticos, para as pessoas do poder e que, infelizmente, a grande parte não fez, e não tem feito, absolutamente nada com os respectivos terrenos.

Verificámos também e com algum espanto, e acho que foi precisamente no Governo em que o Sr. Deputado Delfim Neves fazia parte, que o Ministério da Agricultura, na altura, distribuiu os terrenos para quase todos os ministros daquele governo. Portanto, ao Primeiro-Ministro, à Ministra da Agricultura, à Ministra das Finanças e suas irmãs, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, actual embaixador, ao Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, a um conjunto de cidadãos que, se calhar, alguns tiveram uma intervenção concreta, mas outros não fizeram absolutamente nada com aquele terreno.

Fiz-me acompanhar do mapa, e posso partilhá-lo com os Srs. Deputados, que é algo que de facto, à primeira vista, parece chocante e legitimador de uma certa contestação social, quando os populares, os moradores perderam a sua base de sustento e vêm que grande parte das terras são distribuídas para pessoas, que muitas vezes não se dedicam à agricultura, limitando-se à transferência desse património para estrangeiros e por aí fora.

Daí que, na nossa perspectiva, de facto, é uma questão preocupante. Porque, provavelmente, encontrar alternativas para a gestão agrícola desta empresa, há de se colocar a questão do que fazer com essas terras que foram distribuídas a essas pessoas. Ou recuperamos essas terras, porque alguém que de facto vai assumir a gestão de uma empresa agrícola há-de colocar essa questão da existência ou não de terra para poder continuar o processo de cultivo.

Por isso, acho que, apesar de todos esses pressupostos, temos a responsabilidade de resolver os problemas. Como digo, e o digo habitualmente, não temos a pretensão de resolver sozinhos.

Dada a sua complexidade e envolvência, contamos e estamos completamente abertos para todos os subsídios que sejam úteis para que se encontre uma alternativa à essa situação, bastante degradante, quer do ponto de vista patrimonial e social quer dos recursos que não estão, neste momento, valorizados.

Então, o Ministério do Plano e Desenvolvimento, naquilo que diz respeito à agricultura, estamos completamente receptivos para as melhores propostas de solução para este problema, porque a nossa única preocupação, não é, propriamente, quem vai fazer, o que nos importa é que seja feito por alguém que tenha capacidade para o fazer e que os problemas sociais do desemprego, da violência, da ausência do Estado nesta zona, não é a única, há outras também, sejam resolvidos. A nossa preocupação é ver as pessoas a trabalhar, a ter rendimento para sustentar as suas famílias e, de facto, mitigar o impacto negativo que isso gera.

Daí que é nossa preocupação e vamos trabalhar no sentido de solucionar essa problemática. Contamos com o apoio de todos com as suas ideias e as suas opiniões para darmos a volta a esse problema que, permitam - me que o diga, não é um problema que surgiu nos últimos dias. Se não está no orçamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento é porque o que colocamos como prioridade é a questão da fiscalização das terras que já foram atribuídas, quer em Agostinho Neto, quer noutras localidades, para percebermos de facto quem recebeu as terras e que está disposto a trabalhá-la, a gerar produtos através delas.

Aí fazermos o processo de recuperação das terras abandonadas para a sua melhor afectação, quer aos particulares, quer às empresas -devidamente organizadas que estão disponíveis e com vontade de investir no sector da agricultura.

Relativamente à questão da DOCA, já respondi, dizendo que não está neste Ministério. Mas o projecto PRIASA, portanto, «Reabilitação de infra-estrutura de apoio à segurança alimentar», tem um conjunto de componentes ligados também à melhoria das condições de comercialização ao nível das diversas praias de São Tomé e Príncipe.

Estamos a falar, dentre outras coisas, das praias de Neves, Santana, Gambôa e também ao nível da Região Autónoma do Príncipe. Portanto, há um conjunto de verbas que também estão destinadas à melhoria desse sistema de comercialização.

Relativamente à questão das incubadoras e à criação de empresas, pediria ao Sr. Ministro das Finanças para brindar os Srs. Deputados com alguns esclarecimentos adicionais em relação à essa questão, dizendo apenas que é uma preocupação do Governo fomentar o crescimento do sector privado através de pequenas iniciativas concretas geradoras, tanto de emprego como de rendimento para as respectivas famílias.

Estamos a falar de projectos que não se limitarão à nossa cidade capital, mas que serão abrangentes também aos outros distritos, aos locais onde, de facto, reside, com maior acuidade, a problemática da pobreza.

Respondendo a questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Guilherme Octaviano relativamente à problemática da fiscalização e vigilância pesqueira, de facto, também consideramos que esta é uma situação bastante preocupante e não somos os únicos a considerar isso, uma vez que esta problemática também não é nova.

Temos um acordo de pesca com a União Europeia já há alguns anos e, no âmbito desse acordo, há um conjunto de intervenções que devem ser feitas pelo sector das pescas para assegurar a proteção das nossas águas territoriais e dos recursos pesqueiros existentes nessas águas.

Ao nível desse projecto da União Europeia também está a questão da necessidade de valorização do próprio produto e da qualidade da pesca. Como sabemos, o nosso país está sujeito ao embargo em matéria de pescado, que devemos procurar ultrapassar.

Isto implica a criação e instalação de algumas infra-estruturas que permitam, por um lado, a certificação da qualidade, do ponto de vista higiénico dos nossos produtos de pesca, criação também de condições internas para aumentarmos a qualidade da captura, prestação de serviço às embarcações ao nível da sub-região e, por outro, a possibilidade de instalação de um centro de transbordo do pescado para tirar vantagem da nossa localização geográfica.

Acreditamos que, ao nível desse acordo de pesca com a União Europeia, que a última negociação do ano passado resultou num incremento, podemos considerar, favorável, ao nosso país em termos de receitas.

O que é importante, é traduzir essas receitas em coisas concretas, que permitam o desenvolvimento deste sector, também importante para o crescimento da nossa economia, quando temos a consciência que uma boa parte da nossa população vive, quer directa quer indirectamente, dependente deste sector.

Aí também é preciso acrescentar que, no âmbito do projecto PRIASA, tem também uma componente de pescas. Estamos a falar da criação do laboratório que permite certificar a qualidade dos produtos.

No que diz respeito ao projecto de apoio ao sector de agricultura e pescas, aqui também já fiz referência anteriormente, é um projecto financiado pela cooperação espanhola no domínio das pescas. Estamos a falar de várias coisas, dentre outras, de aquisição de um conjunto de materiais que são necessários para o desenvolvimento desta actividade económica. Temos já produzida uma lista de materiais que, inclusive, já foram comunicados à cooperação espanhola. Infelizmente, por razões que não sabemos explicar, houve alguma reticência ao nível do projecto. Mas acreditamos que estamos a trabalhar no sentido de reatar este apoio espanhol.

O Sr. Deputado António Ramos levantou duas questões: a primeira, que tem a ver com a questão do apoio do FNUAP. O que está aqui em causa é a mesma coisa, simplesmente estamos com duas fontes de financiamento. Normalmente, e grande parte de projectos financiados, requerem uma comparticipação do Estado, portanto, estamos aqui a falar, exactamente, da mesma coisa.

Relativamente à questão da instalação de pequenas unidades de transformação, fez referência ao carácter exíguo do montante que foi orçamentado. Temos consciência desse facto, mas o que podemos dizer são duas coisas, basicamente: primeiro, que, no âmbito do projecto PRIASA também há uma componente de apoio à transformação de produtos locais.

Portanto, o tal projecto, cuja a verba orçamentada para este ano é de cerca de 37 mil milhões de Dobras, tem uma componente de apoio à transformação de produtos locais. Esta verba inscrita aqui no sector da indústria, de facto, é bastante limitada, mas por aquilo que pudemos nos aperceber é que algumas estruturas de produção e transformação existentes no nosso país, muitas vezes, requerem verbas muito diminutas para poder gerar rendimento que, infelizmente, não conseguem, mesmo através do sistema bancário tradicional, porque não têm garantias para poder fornecer, mas acredito que se pudermos aplicar correctamente esta verba podemos, a partir daí, gerar um efeito multiplicador que, nos próximos anos, permitirá continuar a resolver o problema.

Tive a oportunidade de receber um pequeno «empresário» – empresário, entre aspas, porque é alguém que se dedica à transformação do café, de forma artesanal, creio eu, na zona de Colónia Açoriana, é um indivíduo que me apresentou um projecto que ronda cerca de 60 à 80 milhões de Dobras – que me diz que há mais de quatro anos tem batido todas as portas para poder encontrar ajuda para fazer as coisas da melhor forma.

É alguém que vende para os turistas que aparecem e que têm grande interesse em comprar, mas ele não tem uma estrutura que garante, quer a higiene, quer a qualidade. Infelizmente, não consegue ir avante porque não consegue, de facto, o apoio para o efeito.

Bom, acreditamos que, como ele, há muitas outras pessoas que, com pequenos apoios, conseguiriam, com as suas próprias iniciativas, dar a volta ao seu problema de pobreza, de rendimento e por aí fora.

Daí que, gostaríamos também de colocar muito mais verbas. Se calhar, gostaríamos de fazer tudo, mas temos consciência de que as necessidades são muitas e os recursos são escassos. Então, há que se priorizar e ter uma perspectiva temporal de que tudo não pode ser feito num dia. Mas é preciso que a aplicação da verba seja, de facto, correcta para que ela possa gerar o rendimento esperado.

Portanto, acho que, relativamente às questões que foram aqui colocadas, é o que se me oferece responder, neste momento.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para o complemento necessário.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional (Américo Ramos): — Sr. Presidente, complementando aquilo que disse o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento, estes projectos de incubadoras e criação de empresas já foi assinado pelo anterior governo.

Está no âmbito da cooperação com a Índia, que se traduz na instalação de pequenas unidades fabris e de prestação de serviço. Essas unidades permitirão fornecer às famílias, ou aos pequenos grupos de pessoas, condições para produzirem ou para prestarem determinados serviços, gerando o seu próprio rendimento.

Portanto, estamos aqui a falar de criação de empresas, não de grandes empresas, mas sim pequenas empresas. Por exemplo, se falarmos num pequeno marceneiro, ele terá, nessa incubadora, os instrumentos todos suficientes para que ele possa criar uma unidade de transformação e confecção de mobiliários.

Se estivermos a falar de um sapateiro, também ele terá, também dentro desta unidade, todos os instrumentos, elementos necessários para prestar esse serviço.

Por isso, é uma forma de incentivar o empreendedorismo e também gerar rendimento através da criação de pequenas empresas.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. **Guilherme Octaviano** (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, efectivamente, gostei da parte onde o Sr. Ministro explicava sobre o aproveitamento das terras. Tal como o Sr. Deputado Delfim Neves, também estou preocupado e, precisamente, era uma das questões que tinha anotado para trazer.

O que é que acontece? Actualmente, as terras têm sido vendidas de uma forma vergonhosa. Até digo às pessoas: — Se vocês vendem e eu que sou sâo-tomense também vou comprar?.

Acho que essa iniciativa que o Sr. Ministro acaba de dizer é de extrema importância, porque há que rever. As pessoas que têm terras e que não as cultivam, para ter a coragem política suficiente para retirá-las. Há pessoas que ocupam infra-estruturas, já tivemos pociegas, incubadoras e uma série de coisas, mas as pessoas ocupam e há outros que querem desenvolver as actividades, não conseguem, que querem gerar empregos não conseguem. Andamos aqui com uns esquemas, uns jeitos de corpo..., quero dizer, fiquei satisfeito com o que disse o Sr. Ministro e pode contar com a minha ajuda nesse aspecto.

Bom, outra questão que me preocupa também é o apoio ao cidadão. Sr. Ministro, por exemplo, aquele cidadão que pensou na questão de desenvolver o empacotamento e a produção de café. Acho que é muito importante, mas, às vezes, se não tiver acompanhamento é um problema.

Tenho um indivíduo que foi meu antigo colega da escola em Barão de Água Izé, ele precisava de um apoio, elaborei o projecto e fui com ele a embaixada de França e ele recebeu um apoio para o desenvolvimento da pecuária. O que é que ele fez? Quando recebeu o dinheiro, a primeira coisa que fez foi comprar um Toyota Carina velho...

Risos.

Segunda coisa, tomou uma segunda mulher e fez-lhe uma casa. Portanto, há coisas que é um bocado sério. É um problema, e se não houver algum acompanhamento eles vêm, cantam-nos essa música toda e os damos. Mesmo o apoio do Ministério da Agricultura, na altura, quando dava a alguns cidadãos apoios para comprar alguns produtos e insumos para se desenvolverem. Conheço alguns que, a primeira coisa que faziam, pegavam no dinheiro e compravam um garrafão de vinho, e depois, rádio, colchão, etc., e quando chegavam a casa já não tinham nada.

Portanto, são questões que devem ser analisadas.

Fugir um bocado àquilo que estamos a discutir, mas vou entrar, concretamente, nos aspectos que estamos a ver que vêm no orçamento. No âmbito do apoio ao sector agrícola e das pescas, por exemplo, vejo algumas empresas, tractores, atrelados e que às vezes, como dizia o Sr. Ministro, é necessário uma certa cooperação com o Ministério das Finanças. Porque quem avalia, quem efectua o pagamento é o Ministério das Finanças e, muitas vezes, até fazer esse contorno todo, roubam, estragam, danificam e deterioram. Portanto, tem que haver uma certa conjugação com o sector do Ministério das Finanças.

Sr. Ministro, eu ia para a rubrica 3394, que diz «IV recenseamento geral da população e habitação» e está uma verba de Dbs. 3.350.032.400,00. Este recenseamento, sei que é uma actividade de 10 em 10 anos, que é importantíssima para o nosso país, porque é a partir daí que tiramos elementos importantes para a planificação, a partir daí é que sabermos quantos somos, quem somos. Não sei se é uma actividade para realizar este ano ou para continuar a preparar para a sua efectivação.

Segunda questão, é o «Reforço de capacidades em administração e planificação estratégica», item 3395, não sei em que compõe, porque não sei se este montante seria suficiente para isso, principalmente, de um sector tão amplo como este. Portanto, agradecia que o Sr. Ministro me clarificasse.

Por fim, gostaria de ter essa informação, porque no âmbito da criação e promoção turística está projectado, em Monte Café, um projecto turístico e que vejo apenas uma verba e não sei se é suficiente. Tendo em conta que estamos a dinamizar o turismo e é um sector com o qual pensamos avançar para a publicidade do nosso país e, ao mesmo tempo, render. Tendo em conta que estão lá os líbios, não sei se esse montante para Monte Café é suficiente.

O Sr. Presidente: — Queria apenas recordar os Srs. Deputados que, para além dos pedidos de esclarecimentos, podem também fazer propostas de forma a não ficarmos nas questões da natureza de pedidos de esclarecimentos e considerações de natureza genéricas. Mas gostaria que, caso houvesse, apresentassem propostas concretas porque estamos em sede da discussão do orçamento na especialidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, uma primeira coisa, relativamente a resposta que o Sr. Ministro nos brindou, gostaria de voltar, não diria à carga, mas a perguntar para melhor esclarecimento.

É quando o Sr. Ministro diz, na parte do apoio do sector do comércio, «reforço do comércio». Esse reforço do sector do comércio traduz-se em quê? Era bom que me esclarecesse melhor.

Em relação às casas das roças, daquilo que disse o Sr. Deputado Delfim Neves, não entraria em grandes pormenores nem estabeleceria a relação casas das roças e a parte agrícola. Faria, e reconheço que não é uma questão deste Governo, já se arrasta há muito tempo, sabemos que houve um decreto num determinado momento, creio eu, que dizia que essas casas das roças pertenciam todas à Presidência da República e não só, o que fez com que algumas delas não tivessem destino que poderiam ter tido na altura e depois também conhecemos a situação que vivemos hoje – não é hoje, mas de algum tempo a esta parte – o vandalismo, etc., etc.

Mas falo de casas das roças como uma questão que tem relação com o turismo. O valor arquitectónico dessas casas, há as que provavelmente a gente terá que fazer apenas fotografias e tentar depois demoli-las todas e voltar a fazer se a gente quiser manter a arquitectura.

Portanto, vejo esse património edificado como qualquer coisa que devemos segurar, porque se queremos enveredar, efectivamente, pelo turismo, recordo-me que há bem pouco tempo quando se pretendeu fazer um filme sobre São Tomé e Príncipe, grande parte dessa filmagem teve que ser feita no Brasil, quando temos aqui infraestruturas.

Não temos um cavalo sequer, as estruturas das roças estão completamente danificadas e as pessoas que não conhecem São Tomé e Príncipe, muitas vezes, ora diziam coisas muito bonitas, mas, às vezes, ficavam em dúvidas.

Por isso, acho que, para o nosso próprio interesse, uma vez que este Governo tem vontade de fazer, gostaria de pedir que desse, realmente, uma atenção muito específica a isso, tendo em conta que uma das áreas que pretendemos desenvolver é o turismo.

Isto é qualquer coisa como um «tempero especial» para o turismo, pois sabemos que ele exige a parte cultural e a parte do património edificado. Já agora que falo do turismo, gostaria de perguntar ao Sr. Ministro, o senhor tem um ministério extremamente amplo, não sei como estão as coisas.

Aqui diz, no item 3398, com financiamento de Espanha, «Apoio a implementação do plano director do turismo», esse plano está, realmente, actualizado ou não? Porque sei que já houve um plano director que se tentou actualizar e não sei se, efectivamente, ele está actualizado. Se não o estiver, falar-se da implementação pode ser qualquer coisa que não tenha verdadeiras pernas para andar.

Andando para frente, encontramos aqui «reabilitação do edifício para hotel escola». Já agora, para meu conhecimento, gostaria de, tendo em conta a verba que cá está, 300 milhões, saber qual é edifício para ter noção se, efectivamente, os 300 milhões são ou não suficientes para a reabilitação do tal edifício para hotel escola.

No item 2224, também vejo «Reabilitação e apetrechamento do edifício do turismo». Conheço, minimamente, esse edifício, tenho alguma noção daquilo, mas «reabilitação e apetrechamento» para o valor que cá está, vindo do PNUD, acho que devíamos encontrar mais uma componente interna que pudesse reforçar essa verba.

Porque 9.500 Euros não serão suficientes. Falo em euros, embora a paridade do euro hoje está fixa. Portanto, vamos falar mesmo em Dbs. 231.875.000,00, por causa dos materiais de construção que oscilam muito, em função do mercado. Repare que é «reabilitação e apetrecho» de edifício. Por isso, faço um apelo aos Srs. Ministros, ao menos que o Sr. Ministro do Plano já tenha o projecto e todas as componentes, que realmente seja esse valor, ou se é uma coisa que se pretende começar agora para dar continuidade no próximo ano.

Vejo aqui, por exemplo, item 3381, «Reabilitação do edifício do ex-MGDRP», não sei isso o que é...

O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento: — Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

O Orador: — Ah, bom, fiquei na dúvida porque vejo MG, é só por causa do «G» que me fez confusão. Esse edifício já está a ser reabilitado e vejo aqui 5 mil milhões e 900 milhões, quando a reabilitação e o apetrecho do edifício tem 231 milhões. Sei que esse edifício, realmente, é grande, uma parte já começou a ser reabilitada, é bem possível que precise esse dinheiro, mas caso se chegar a conclusão de que o edifício do turismo, se não tem ainda o projecto, faço questão que seja reforçado.

Ainda falando do turismo, vejo aqui «Projecto turístico de Monte Café». Não sei bem como é que é esse projecto, mas com a instalação lá da empresa, ou uma direcção líbia, não sei se isso estará, verdadeiramente, enquadrado. Já ouvi falar dele, mas assim muito aereamente.

Em princípio, são pontos que gostaria de ter esclarecimento para depois dar continuidade.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, talvez não consiga perceber, mas há uma questão no nosso país e quero que a veja não na perspectiva de causas, mas na chamada solução. Por isso que queria, não só ver o problema das empresas, como também o problema que vou colocar, na perspectiva de solução.

Temos barcos de pesca que, mal ou bem, estão aqui numa situação degradante. Sei que em relação à poluição o Governo não vai gastar muito dinheiro, e há outros problemas. Mas o que é certo é que pode acontecer que um barco qualquer pode ter um acidente e depois obrigar São Tomé a pagar uma multa avultada. Não sei se foi feito o mapeamento e a sinalização desses barcos, de forma a evitar acidentes, para São Tomé não incorrer em multas.

É essa a questão fundamental, o mapeamento e o que é que foi feito para resolver a situação desses barcos, principalmente, em relação ao exterior. Internamente, sabe-se que pode acontecer qualquer prejuízo e resolve-se.

Não vejo aqui no orçamento qualquer verba referente a isso. Não sei se isto está na alcada do Ministério das Finanças, mas a verdade é que não vejo nada referente à remoção desses barcos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, primeiro gostaria de agradecer o Sr. Ministro pelas respostas que deu, embora não me satisfaçam de todo, porque há questões que me incomodam. Sempre que se levanta uma questão diz-se sempre que não é um problema de hoje.

Sr. Ministro, vou lançar aquilo que dizia o colega que me antecedeu, temos que falar na perspectiva de soluções. Porque se não houvesse esses problemas, se calhar o seu partido não ganharia as eleições. Portanto, porque havia esses problemas, é que a população vota em alternativas para solução e resolução dos mesmos. Agora, se vimos cá sempre dizer «não, é um problema do passado, não é de ontem, não é de hoje, é de anteriores governos...» isto não é solução. O que queremos é solução!

Por aquilo que disse, que quero, sim senhor, agradecer e dizer que também estou disponível para contribuir, mas isso não é solução. Significa que o Governo não tem ainda na sua carteira uma solução plausível para resolver os problemas das antigas empresas agrícolas.

Sobre Agostinho Neto, juridicamente, posso dizer que não é hoje uma empresa porque não tem um corpo jurídico. Não há uma administração, um serviço que funcione, uma autoridade. Mas é preciso ver noutras perspectivas. Enquanto outras médias empresas foram entregues aos privados, no caso de Agostinho Neto também foi, mas o privado voltou a entregar ao Estado e este abandonou por completo, deixando as pessoas a sua sorte.

Quanto à distribuição de terras, que foi aqui dito, quero dizer que ela não foi feita no Conselho de Ministros. Fiz parte do Governo e cada ministério, naquela altura, tinha autonomia de decidir, salvo em questões de relevante situação, é que se levava para o Conselho de Ministros. Aí sim, cada ministro tinha uma palavra a dizer. Mas a distribuição de terras não se fazia em Conselho de Ministros, sobretudo nesta vertente.

Dizer-lhe que aquilo que dizia o Sr. Deputado Guilherme Octaviano, o Governo é para governar, para tomar decisões. Mais vale uma decisão errada do que não tomar nenhuma! Porque se for errada, dá para corrigir. Agora, não tomar é que nada se resolve.

Se verificou que, efectivamente, essas terras foram, distribuídas para os políticos, que nem sequer entendem de trabalho agrícola e até hoje não encontram uma solução, é accionar o mecanismo de recuperação, ou então que as pessoas façam o trabalho para o qual foi-lhes dado o título de posse. Mais ainda, e muito mais grave, quando o próprio Ministro reconhece que as pessoas vão transferir essas terras para estrangeiros.

Então, este é um motivo que nem sequer devia-se contactar as pessoas. Basta ter conhecimento de factos concretos de transferência de terras para estrangeiros e anular o título de posse que foi emitido e recuperá-las. Acho que é mais prático e uma solução plausível desta maneira, do que ficarmos na lamentação.

Reparem, os problemas de hoje, ou deste Governo, só vamos conhecer daqui a quatro anos. E lá vem outro governo que dirá que vem resolver esses problemas e, quando tomar posse, começa a dizer «não, isso é de ontem, é de anteontem, não é de hoje...». Portanto, isso não é solução.

Dizer-lhe que alguma parte da sua intervenção me convenceu, mas porque o próprio Governo reconhece que também, de momento, ainda está a colher subsídios de apoio, porque é um problema transversal para encontrar uma solução, sinto-me limitado a fazer alguma proposta de solução. Porque se o próprio Governo não tem ideias sobre aquilo que vai fazer com essas empresas agrícolas, sobretudo as suas infra-estruturas e também áreas agrícolas, devo dizer que Agostinho Neto tem cerca de 380 hectares disponíveis.

A parte que foi distribuída, poderemos dizer essa parte de referência apenas pela via de acesso, mas a parte que, efectivamente, precisa da intervenção está completamente abandonada. Tanto é que, disse e muito bem, houve invasão e abate de árvores de forma indiscriminada. Porquê? Porque a parte que foi distribuída, certamente, as pessoas estão lá, estão a controlar, e grande parte que não foi distribuída está entregue aos pássaros...

O Sr. Jorge Correia (PCD): — À sua sorte!

O Orador: — E à sua sorte, muito obrigado.

Portanto, aí é que acho que o Governo deve decidir o que fazer com essas empresas.

Não vi no Orçamento por isso é que levantei a questão, nem nas GOP também não vejo nada. Temos as GOP que traduz quase tudo que está no Programa do Governo e ele é para quatro anos. Também no Programa não tem absolutamente nada de concreto para aquilo que se vai fazer com as empresas agrícolas. Sobretudo, para salvar ainda o que der para salvar. Porque grande parte, quero-vos dizer que dificilmente se vai conseguir salvar.

Portanto, acho que fazer uma proposta, conforme recomenda o Sr. Presidente, nesse aspecto é muito difícil fazê-lo agora.

Quanto à questão da construção de algumas infra-estruturas de conservação de pescado, acho que estamos numa situação de criar mitos e tabus onde não existem. O problema que se coloca de ter uma casa ou um contentor frigorífico para conservar o pescado é completamente diferente de ter um sector de tratamento, conservação e comercialização de pescado. São coisas completamente diferentes!

É por isso que essa questão da Doca se resumiu num problema, por desconhecimento de muitos políticos, diria até da oposição de então. Mas isso vou deixar para o sector competente, porque já disse que essa questão não faz parte do seu Ministério, certamente, deve estar nas Infra-estruturas ou nas Finanças. Mas vamos falar disso depois.

Portanto, Sr. Presidente, trazia algumas propostas de alteração do orçamento, algumas alocações claras e precisas, mas, como disse, as opções são da competência exclusiva do Governo e não posso interferir nas suas opções. Se ele tivesse alguma ideia concreta sobre isso, aí sim introduzia estas propostas.

Mas, não sendo o caso, fico por aqui.

**O Sr. Presidente:** — Mais intervenções, Srs. Deputados?

Antes de dar a palavra ao Sr. Ministro para novos esclarecimentos, deixe-me dizer-lhe que tem um Ministério apaixonante.

Deixe-me também felicitá-lo pela qualidade dos seus esclarecimentos. Porém, fica sempre uma pergunta no ar, e o senhor enquanto gestor principal deste sector da esfera governativa, como todo o Governo, tem uma preocupação e é no final, no dia 31 de Dezembro, que resultados concretos são esperados.

Estou a recordar-me da minha última intervenção, aquando do debate na generalidade, eu apontava para a questão da produção interna. Vejo, com algum agrado, que, de facto, sobretudo no que concerne ao sector agropecuário e pesca, temos valores bastante substanciais.

Por isso mesmo, associada a essa novidade, que espero que seja novidade em termos de concretização, as incubadoras, versus, pequenas unidades de carácter empresarial, venham conhecer a luz do dia. E aí eu coloco o problema: O que é que devemos esperar?

O fim deste orçamento para 2011, que esperamos que não tenha esse nível de execução abaixo dos 50%, como é característico nos nossos orçamentos, o que é que esperamos, de facto? A família, as empresas, sobretudo, quando o nosso Estado é um estado que está tendencialmente, se afastando do sector produtivo.

Disse bem o Sr. Ministro, quando tomou o exemplo da empresa Agostinho Neto, que não é empresa. Tem razão quando diz, em certa medida, que não são coisas novas. Eu me recordo, por exemplo, que quando me casei, há 27 anos atrás, o meu «copo d'água» foi naquela casa de Água - Izé, que era ainda um palácio. Era um mimo aquela casa e hoje, todos nós que circulamos, sabemos como é que está Água - Izé.

Temos Agostinho Neto, no Príncipe falamos muito de Sundi, mas quando conheci a casa Porto Real a considerei o melhor emblema de casa colonial. Falando disso, o nosso património construído na época colonial que, infelizmente, está como está hoje, seria bom, de facto, que se retomasse algumas ideias de governos anteriores em transformar essas residências em casas para efeitos turísticos.

Sei que não é uma tarefa fácil. O Governo, provavelmente, não terá recursos para fazer a reabilitação desses patrimónios, que hoje estão num nível de degradação bastante avançado. Mas seria bom que de facto houvesse, e como disse e bem o Sr. Deputado Delfim Neves, os governos são para governar. Estamos conscientes e de acordo com o Sr. Ministro quando diz que este Governo não vai resolver tudo, mas é preciso que saibamos definir as prioridades e decidamos sobre elas.

Daí que a minha questão essencial é esta, Sr. Ministro. Muitas vezes coloco questões que eu próprio reconheço que são difíceis de responder. O que é que a gente espera no fim? No sector agro-pecuário, com esses investimentos todos, no final do ano vamos começar a ter uma inversão? Vamos ter, por exemplo, mais bois, mais cabras, mais porcos?

Estou associando isso ao cidadão. Recordo-me quando estive, em 1994, no Governo, uma das minhas guerras com um projecto, que tinha a ver com a reflorestação, em termos de plantar árvores, que era na ordem de quase 80 000 dólares, desse projecto apenas 10% dos recursos destinavam-se ao plantio como tal, sendo que 90% era para aspectos burocráticos, aquisição de viaturas e companhia limitada.

Muitas vezes, na nossa relação com o parceiro externo, eles quase que nos impõem essa componente. Daí que grande parte das nossas dívidas, muitas vezes, é do dinheiro que retorna. Vem, mas volta a sair sob forma de salário porque, voltando a esse projecto, que nem quis assinar, acabou por ser assinado, na altura, pelo director nacional do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Durante muito tempo, havia um director nacional e outro expatriado, o expatriado, que não residia aqui, o seu salário equivaleria a dois anos de salário do director nacional. Portanto, tivemos, não sei, deixei a governação já há muitos anos, muitas vezes, essas desproporcionalidades e que, por fragilidade interna do ponto de vista organizativo, não temos a força suficiente para dizer «não queremos isso».

Portanto, Sr. Ministro, passo-lhe de novo a palavra para responder às questões dos meus colegas e, se possível, dar-nos essa visão daquilo que o Governo espera, de concreto, no final da execução deste orçamento, versus, essa componente plano e desenvolvimento.

Uma última questão, talvez não tenha a ver, exclusivamente, com o seu sector e acredito que sim. Temos o mar, dele hoje retiramos o peixe, como seu produto, e em quantidade limitada. Dizem que temos um mar rico, mas hoje estamos a comprar um quilo de peixe a 80, 90 000 dobras. Portanto, estou-me a referir a peixes, mais ou menos, de qualidade.

Mas, vulgarmente, também se diz que há muito roubo no nosso mar por parte de empresas de países com os quais temos relações e não estamos em condições de os controlar. Felizmente, com a ajuda dos Estados Unidos temos hoje um sistema de controlo de radar que nos permite detectar, mas por outro lado não temos a capacidade de perseguí-los.

Queria saber se, no quadro dessa preocupação de controlo, como dizia, talvez não tem a ver com o seu Ministério, concretamente, mas porque o mar está consigo, as pescas estão consigo e, no nosso caso, fazemo-lo essencialmente no mar, se há alguma previsão, em parceira com outro ministério, nomeadamente o da Defesa, para permitir que possamos, pelo menos, multar. De vez em quando há multas que são tão avultadas que os armadores preferem deixar os barcos. Há países, mesmo hoje a Guiné-Bissau e Marrocos, que vivem e têm receitas significativas porque conseguem fazer o controlo do seu mar territorial.

São essas duas questões que coloco à consideração.

Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano, para os devidos esclarecimentos.

**O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento:** — Sr. Presidente, são muitas questões que foram colocadas, tomei nota delas, mas, se eventualmente, não responder a uma ou outra é porque não tenho a memória fresca em relação a elas. Anotei, mas pode ser que se escape uma ou outra. Por isso, na senda do que já disse anteriormente, vou começar pelo fim.

Relativamente a última questão, que tem a ver com o controlo das nossas águas, de facto, é uma matéria um pouco transversal, mais da alçada do Ministério da Defesa e também um pouco do Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais na parte em que tutela o Instituto Marítimo e Portuário.

Ao nível do Ministério do Plano e Desenvolvimento, temos a preocupação, de facto, com a problemática da vigilância costeira. Essa questão faz parte das nossas preocupações. Ao nível do acordo de pesca com a União Europeia e dos fundos disponíveis há a preocupação no sentido de melhorar, através dos inspectores, a questão do controlo e aplicação de sanções aos casos de infracção.

Quanto ao resultado esperado pelo Governo. Agradeço esta questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Alcino Pinto...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Presidente!

**O Orador:** — Pelo Sr. Presidente, peço desculpas, porque de facto é a questão, para mim, mais importante. Todo o resto, na minha perspectiva, é instrumental. Ou seja, concorre para isso.

A nossa preocupação em relação ao resultado também é total e é a única justificação, no que me diz respeito em particular, da minha presença no Governo. Portanto, se estou no Governo é apenas porque pretendo no final, e o final não é 31 de Dezembro de 2011, porque, como é óbvio, não se pode fazer tudo no primeiro ano.

O final é o final da Legislatura, para poder demonstrar resultados. E, para nós, o resultado é poder ver mais sãotomenses felizes, a sorrir. Infelizmente, não é este o caso.

Hoje, há uma parte dos nossos compatriotas que, no dia-a-dia, é mais de preocupação do que de satisfação, e isto tem a ver, em parte, com os nossos problemas estruturais, mas tem também a ver, em grande parte, com problemas conjunturais e outros que nós próprios adicionamos aos já existentes.

Portanto, a nossa meta é a redução da pobreza, a melhoria do rendimento das famílias, particularmente, no meio rural, aumentar a produção agrícola, pesqueira, pecuária, diversificar a agricultura, aumentar a exportação e, através disso, melhorar o rendimento do País.

Relativamente a alguns projectos que estão em curso e que são financiados pelo exterior, normalmente, nesse âmbito, fixa-se resultados quantitativos. O caso do projecto PRIASA (Projecto de Reabilitação de Infra-estruturas de Apoio à Segurança Alimentar), há referências quantitativas em relação aos resultados esperados no termo do projecto.

Internamente, muitas vezes não quantificados os resultados esperados, mas, no que diz respeito a esse projecto, que é um dos projectos mais importantes no sector da agricultura, o que se espera no final é um aumento da produção alimentar e hortícola de 3600 toneladas e aumento da produção pesqueira em 4000 toneladas. Portanto, em termos de cifra, é o que ao nível do projecto PRIASA está devidamente estabelecido.

Obviamente que sabemos que há vários factores que concorrem para o sucesso, alguns que nos são exógenos, mas o que eu posso garantir aos Srs. Deputados é que, naquilo que depender de nós, tudo faremos para atingir os resultados, por duas vias: primeiro, trabalhando um pouco mais depressa do que temos trabalhado, afectando os recursos directamente aos seus fins e, segundo, evitar adicionar problemas àqueles que já são estruturais e que temos que tentar ultrapassar.

Respondendo a isso, faço a transição, respondendo à preocupação do Sr. Deputado Delfim Neves. Para dizer, em primeiro lugar, que esta é a primeira vez que venho a 2.ª Comissão responder, portanto, não é de mim, de certeza, que ouviu, noutras ocasiões, referência aqui, que os problemas não são novos, que são antigos, etc., etc.

E se faço referência a esta questão de não ser problemas criados hoje é porque tenho consciência que, bom, estamos aqui em sede de esclarecimentos e preocupações, e se estamos preocupados com a solução, acho que quando isso acontece importa-nos propostas de solução, menos do que esclarecimentos da parte de quem, muitas vezes, nem tem respostas para dar. Uma vez que, já disse em ocasiões anteriores, não estamos na génese de todos os problemas. Não significa que não temos a responsabilidade de resolver.

Quero assegurar aos Srs. Deputados que, no que depender de mim, concretamente, não haverá nenhuma espécie de escapatória à solução dos problemas. Tudo aquilo que tivermos que resolver, temos a coragem suficiente para o fazer.

Obviamente que também temos a humildade suficiente para sabermos que não temos a resposta a todos os problemas e que, para solução de alguns deles, precisamos do concurso de outras pessoas, incluindo as pessoas que não são do partido que está no poder.

Portanto, observamos tudo isso numa lógica de unidade, no sentido em que os problemas existem e não devemos desviar-nos deles, mas temos todos que, independentemente do lugar em que estamos, trabalhar no sentido de resolvê-los. Porque, infelizmente, e temos consciência disso, razões de natureza política fazem com que o nosso país, ao mesmo tempo que uns estão a trabalhar na solução, outros estão a trabalhar no sentido de complicar a solução. Por isso é que faço o apelo, no sentido de todos os contributos serem bons para resolver o problema.

A preocupação que foi levantada relativamente à roça Agostinho Neto, devo dizer que tive a oportunidade de receber empresários angolanos, que me vieram falar dessa questão e confesso que fiquei algo envergonhado, ao receber empresários estrangeiros que vêm nos dizer que temos uma infra-estrutura com um grande potencial que está completamente abandonada e que estavam na disponibilidade de poder intervir.

Quando falo de Agostinho Neto, falo de outras situações também em que, mais do que os nossos compatriotas nacionais, são os estrangeiros que vêm nos trazer aquilo que acham que são soluções para determinadas questões. Daí que, a questão da retirada de terras que não estão a ser utilizadas fazem parte do nosso plano de acção ao nível da Direcção - Geral da Agricultura e Pescas.

Posso vos assegurar que isso vai ser feito! Assumiremos, corajosamente, as respectivas consequências, quer do ponto de vista político quer pessoal. Porque sabemos que estaremos a tocar em alguns interesses, mas, por estarem acima desses interesses particulares, os interesses superiores da nação, em boa hora procederemos à recuperação de todas as terras já distribuídas e que não estão a ser utilizadas.

Isso passa, previamente, por um processo de fiscalização. Portanto, no nosso plano de actividades, planeamos inspecionar cerca de 1200 parcelas de terras já distribuídas, pelo menos neste ano, e a partir daí a começar, de facto a retirar aquelas que não estão a ser devidamente aproveitadas.

Respondendo à questão do Sr. Deputado António Ramos, relativamente à questão dos barcos que estão abandonados, o que posso dizer, é que, efectivamente, essa problemática dos navios abandonados não é propriamente um problema que está sob a alcada do Ministério do Plano e Desenvolvimento.

A preocupação que temos, tem a ver com os navios espanhóis que foram abandonados na zona de Micoló. Relativamente à essa questão, solicitámos o apoio da União Europeia para poder fazer afundar esses navios, estando eles disponíveis para o efeito, evitando as demais consequências negativas que daí poderão advir.

Respondendo às várias questões que foram levantadas também pelo Sr. Deputado Jorge Correia, começando pelo fim, quanto a questão do projecto Monte Café, há necessidade de perceber, de facto, o que está em causa. O que está em causa, quando falamos do projecto turístico de Monte Café, estamos a falar de um museu do café.

É um projecto que também já está em curso, a fase da reabilitação da infra-estrutura que vai albergar o museu já está concluída e, infelizmente, o projecto também ficou parado durante algum tempo, com consequências negativas em termos de degradação do património já reabilitado. Tivemos também, a este nível, a oferta dos investidores líbios para ficarem com o projecto, mas, tendo em conta a sua importância, quer do ponto de vista identitário quer do cultural, achamos que deverá ser o Estado a assumir esse museu do café.

Do que é que se trata, concretamente? Trata-se de um espaço onde os diferentes turistas que visitam a zona de Monte Café podem encontrar toda a história do café de São Tomé, podendo presenciar uma exposição dos vários objectos ligados à problemática da produção do café.

Haverá também um espaço de apresentação de uma pequena reportagem sobre isso e um pequeno bar, onde poderão também provar o café de São Tomé e, eventualmente, adquirir este café.

É um projecto também financiado pelo PNUD que, a dada altura, desistiu de continuar a financiar porque, da parte do Estado sâo-tomense, também não havia nenhuma manifestação de interesse. Estamos na fase de preparação do conteúdo informativo desse museu.

A informação que tenho é que há uma equipa de historiadores nacionais que foi convidada a participar nesse projecto, tendo apresentado uma proposta de custo de cerca de 8 000 Euros, proposta essa que não foi aceite pelo PNUD por considerar, eventualmente, um pouco elevada.

Mas a verdade é que achamos que tem que ser feito um esforço no sentido de se poder obter todo esse conteúdo. Muitos deles não se encontram aqui em São Tomé, tem que se ir buscar em vários arquivos em Portugal. Acredito que é algo que requer algum custo e, não seja por 8 000 Euros, temos a obrigação de pôr este museu do café a funcionar.

Vamos arrancar com o museu, independentemente de estar tudo pronto. Vamos abrir as portas e, a partir daí, eventualmente, as injecções financeiras que houver por conta dos próprios turistas que vão visitar, poder ir fazendo, paulatinamente, aquilo que deve ser feito.

Relativamente à questão da reabilitação do edifício da Direcção do Turismo. Como é do conhecimento dos Srs. Deputados, essa direcção passou a ser Direcção - Geral de Turismo e Hotelaria. Pretendemos dar uma imagem diferente a esta direcção porque, a partir do momento em que consideramos que o turismo é importante para o crescimento do País e uma das apostas desde sempre, achamos que a própria instituição deve apresentar uma imagem diferente.

Quem conhece e frequenta essa direcção, apercebe-se facilmente de que, infelizmente, é uma direcção que, do ponto de vista da sua apresentação física e das condições internas de trabalho, não significam a instituição e o próprio turista fica, desde logo, decepcionado ao chegar à Direcção do Turismo de São Tomé.

Daí que pretendemos melhorar esse espaço e dar uma nova imagem. Se puderam reparar, procedemos ao encerramento da loja que estava na parte de baixo e que não concorria para nada. Vamos criar ali um centro de formação turística e documentação com uma outra feição. É verdade que a verba não é muito avultada, mas aí também respondo com a questão de que, se tivéssemos mais colocaríamos mais. Porque é nossa intenção, de facto, fazer muito mais. Até porque, nesta pretensão de melhorar essa direcção, convidamos a Câmara do Comércio, que ocupa o espaço dessa direcção, a encontrar um outro lugar porque, de facto, precisamos um pouco mais de espaço para poder albergar a Direcção do Turismo.

Aqui coloca bem a questão, quando olhamos para as verbas para a reabilitação do edifício da agricultura não tem nada a ver com aquilo que está orçamentado para a Direcção do Turismo, isso porque este edifício é muito maior, é muito mais antigo, tem muito mais problemas e também já está em curso a reparação. Portanto, no fundo é concluir a reparação deste edifício do antigo Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas.

No que diz respeito ao hotel - escola. Neste momento, há várias hipóteses. A mais plausível que me foi apresentada é uma casa em Amparo, que podia ser utilizada para se transformar num hotel - escola. É óbvio que não é com essa verba que se conseguirá fazer isso, mas também não é pretensão fazer-se isso num só ano, imediatamente.

Poderemos, de facto, desencadear o processo e procurar parcerias para que, a partir do próximo ano, possamos ter verbas mais avultadas para procurar resolver esse problema. Quanto ao Plano Director do Turismo, é um plano bastante antigo, se não estou no erro, desde 2001, e precisa de ser actualizado. Colocamos sempre a questão da necessidade de assessoria técnica internacional para fazer os nossos trabalhos e, muitas vezes, não temos verbas suficientes para resolver esses problemas, de maneira que adiamos de forma permanente, os trabalhos.

Aquilo que instamos a Direcção - Geral do Turismo a fazer é, com os técnicos nacionais, trabalhar no sentido de actualização desse plano director do turismo, que contém um conjunto de instruções e recomendações para a melhoria transversal desse sector.

Relativamente à questão ligada ao apoio ao sector do comércio, levantada também pelo Sr. Deputado Jorge Correia, precisava de mais esclarecimentos, quando falámos de duas componentes, a capacitação dos técnicos da direcção do comércio. No fundo isso se traduz, concretamente, no seguinte: o nosso país precisa de melhorar a legislação em matéria comercial como forma de criar um quadro legislativo mais favorável ao ambiente de negócios, e precisa também de elaborar a sua estratégia comercial.

Portanto, como é do conhecimento dos Srs. Deputados, estamos implicados neste momento, do ponto de vista comercial, em duas frentes: as negociações para a sessão à OMC, por um lado, e por outro, as negociações no âmbito dos acordos de parceria económica com a União Europeia. Obviamente que essas negociações requerem uma grande capacidade de análise, de gestão, de informações, de negociação e decisão.

Hoje o nosso país tem, de forma clara, grandes problemas em termos de negociações comerciais, porque nem sequer conseguimos apoderar-nos das problemáticas subjacentes a essas negociações. De tal forma que grande parte das vezes ficamos nesses fóruns a reboque, sem uma posição comercial clara. Então, o que se pretende aqui é que se elabore a estratégia comercial de São Tomé no sentido de sabermos, exactamente, como é que queremos lidar com essa problemática. Daí que se torna necessário todo um processo de formação e capacitação dos técnicos do sector do comércio para poderem lidar com essa matéria.

O Sr. Deputado Guilherme Octaviano levantou também a questão de Monte Café, quanto a insuficiência da verba. Como eu disse, se calhar a parte mais importante já está feita, que é a reabilitação do edifício. O que falta fazer é o conteúdo informativo e julgamos que com esta verba poderemos, aplicando-a convenientemente, não fazer tudo, mas dar os primeiros passos e proceder à abertura do respectivo museu.

Quanto à questão do IV Recenseamento, devo dizer também que é uma questão que tem que ser feita de forma periódica. O nosso país, felizmente nessa matéria, é um dos raros países em África que tem conseguido organizar e realizar este inquérito de forma periódica, sendo que a sua periodicidade é de 10 em 10 anos. Portanto, esta verba visa, entre outras coisas, todo o processo ligado ao inquérito para proceder a esse recenseamento geral da população.

Última questão, que tem a ver com o reforço de capacidades em administração e planificação estratégica, passarei, com a permissão do Sr. Presidente, a palavra ao Sr. Director-Geral do Planeamento para melhor aprofundar essa questão.

Respondendo, para terminar, a preocupação do Sr. Deputado Guilherme Octaviano, relativamente à questão dos apoios à transformação que são dados aos pequenos empreendedores. Estou de acordo que, muitas vezes, gastamos recursos que não geram o impacto esperado, e muitas vezes, por causa do próprio factor humano.

De facto, quando apoiamos um empreendedor, em vez dele aplicar o dinheiro naquilo para que se lhe dá, prefere fazer outras coisas que depois não tem resultado. Isto tem a ver um pouco com a problemática da educação e da sensibilização das pessoas, sem prejuízo também do necessário acompanhamento.

Porque, de facto, a nossa preocupação, e volto a repetir, a única razão de estarmos implicados nesse processo é podermos, com os poucos recursos que temos, produzir os resultados, efectivamente, esperados e não estarmos, nem a desperdiçar recursos indevidamente, nem a criar problemas adicionais àqueles que já são nossos e que fazer com que, sistematicamente, temos que gastar ainda mais do pouco recurso que dispomos.

Agradeço a vossa atenção e passo, com a permissão do Sr. Presidente, a palavra ao Sr. Director do Planeamento, para mais explicações em relação à questão da planificação estratégica.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Director do Planeamento para os complementos.

O Sr. Director do Planeamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento (Manuel Moniz): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, com a Vossa permissão, relativamente ao projecto «reforço das capacidades em administração e planificação estratégica», trata-se de um financiamento do BAD, em particular, de um fundo que é «facilidade para os Estados frágeis», destinado ao reforço das capacidades dos Estados considerados frágeis.

Aí esse fundo visa financiar alguns estudos, por exemplo, no domínio estratégico. Ao nível da educação, elaboração de um estudo em matéria de necessidades de formação. Sabe-se que há algum tempo o País tem vindo a conceder bolsas, ou a formar só por formar e é necessário que haja um estudo sobre as necessidades reais da formação, numa perspectiva de médio e longo prazo.

Isto está previsto no quadro desta intervenção e será coordenada ao nível do Ministério do Plano e Desenvolvimento. Também ao nível deste projecto está previsto o apoio ao Ministério da Saúde, no âmbito da elaboração de um plano de desenvolvimento sanitário, que está desactualizado. Aí prevê-se também o financiamento de alguns inquéritos, como o financiamento ao inquérito do orçamento familiar, que nos vai dar elementos sobre as condições de vida das famílias sãotomenses.

Com este fundo, também prevê-se o financiamento de algumas assistências, formações para que o País possa sair da lista negra ao nível da aviação civil. Mas isso não sei se já temos uma resposta do BAD, mas está previsto.

Bom, grosso modo, é isto que está previsto no âmbito deste projecto e alguns outros estudos estratégicos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, esgotamos a lista dos inscritos, quero chamar a atenção para o horário. Tem a palavra o Sr. Deputado António Ramos.

O Sr. António Ramos (MLSTP/PSD): — Peço desculpas Sr. Ministro, não sei se entendi bem. Disse que, em relação aos barcos, informou a União Europeia e que isto está sob sua alcada, que talvez se vier a acontecer algum acidente é ela que deve responder.

Mas penso, e sei que os barcos estão nas nossas águas territoriais, eles foram confiscados, tentou-se realizar leilões com os mesmos, caso venha a acontecer algum acidente será a União Europeia a responder?

Talvez o tenha entendido mal, pode ser e é por isso que queria mais esclarecimentos sobre isso. Para não termos problemas de mais tarde sermos multados em vários milhões de dólares, que não temos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, o complemento da informação que nos foi prestada através do Sr. Director do Planeamento não me satisfez, nem tão - pouco foi clarificador.

Na medida do seguinte: Um, abordou a questão da formação. Formação em que áreas?

Dois, disse que um dos aspectos deste reforço de capacidades inseria-se no inquérito ao orçamento familiar. Vejo aqui no Orçamento, na rubrica 2305, um capítulo apenas a este inquérito. Não sei até que ponto haverá um entrosamento com o aspecto que me tinha referido anteriormente, do 3395, que diz, concretamente, «reforço das capacidades em administração e planificação estratégica».

Portanto, é essa a questão que me preocupa e que não me clarifica.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Delfim Neves.

O Sr. Delfim Neves (PCD): — Sr. Presidente, apenas para dar o remate final e dizer ao Sr. Ministro para não se sentir envergonhado quando empresários estrangeiros nos trazem soluções. Esses empresários apresentam-nos a solução e propostas claras, porque viram um espaço. Espaço este que os próprios governantes têm aberto, facilitando, em detrimento dos empresários nacionais, os estrangeiros.

Portanto, não é coisa nova e o senhor também sabe disto. Não se sinta envergonhado porque essa é a maneira sãotomentista de resolver a questão. Dizer-lhe também que, quando me referi aos assuntos que não são de hoje, não é por estar aqui pela primeira vez, mas também falou que são assuntos que não são de poucos dias. Portanto, está esclarecido.

Não lhe trago solução porque sou coerente, já lhe disse isso e também ao Governo. Não interfiro e acho que nenhum deputado, nem da oposição sobretudo, deve proceder em alteração daquilo que são opções do Governo. Se o Governo acha que é isso que deve fazer, é isso que vai fazer. O deputado vai fiscalizar e vai esperar os resultados dessa opção. É só por isso que não trago soluções.

Disse bem, se o Governo tivesse uma ideia concreta sobre aquilo que quer fazer com essas empresas, eu traria cá comigo uma solução.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado António Barros.

O Sr. António Barros (MLSTP/PSD): — Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento, a minha intervenção é na base daquilo que o Sr. Ministro falou em relação à Câmara do Comércio.

Porque faço parte desse sector, quando falou de uma nota enviada a ela para o referido despejo, já tinha conhecimento dessa nota. Para dizer que não acho que isso seja a melhor solução.

Só gostaria de solicitar, a Câmara do Comércio não invadiu o espaço, alguém o concedeu e o Governo agora pede o despejo sem solução. Portanto, não sei onde é que vai ficar agora a Câmara. A não ser que já se tenha solução e que me explicasse. Porque a informação que tive só mandaram a Câmara do Comércio sair.

Afinal de contas estamos a tratar de um sector que coordena um dos pilares mais fortes do desenvolvimento de qualquer país, que é o sector privado.

Nestas condições, gostaria de uma explicação quanto a isso. Saber se já há um outro espaço para a sua recolocação.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputados, quero voltar a chamar a atenção para a questão do tempo. Temos um calendário e devemos fazer um esforço para o cumprir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, aquando da explicação do Sr. Ministro no que toca ao apoio e implementação do plano director, acho que só vamos implementar aquilo que, efectivamente, está actualizado. O Sr. Ministro falou na sua actualização e disse que, com o apoio dos quadros nacionais, haveria a tal actualização, ou far-se-ia a tal actualização.

Propunha ao Sr. Ministro, só que, efectivamente, leva tempo uma vez que já estamos no início do ano e esses contactos levam tempo. Quando estávamos aqui a analisar o Ministério dos Negócios Estrangeiros vimos a questão do pagamento de dívidas às organizações internacionais.

Continuo a insistir que, neste quadro, o Sr. Ministro, na minha opinião, deveria, com o seu homólogo ver bem esta questão da OMT. Partindo do princípio que se trata de um sector de desenvolvimento extremamente importante para São Tomé, que é o turismo. E temos uma dívida com a OMT de cerca de 500 000 Euros, ou Dólares, de acordo com o que disse o senhor que esteve a representar a Sua Excelência o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

Pois, se houvesse a possibilidade de negociação com a OMT, ela estaria na disposição, normalmente está, conheço os meandros, já fui director do turismo durante algum tempo, de fazer com que técnicos experimentados nesta área pudessem deslocar-se a São Tomé.

Conheci um que conhece bem as relações do turismo de São Tomé e de Cabo-Verde, que pudesse vir para aqui ajudar-nos a adaptar o plano director de turismo, que é qualquer coisa extremamente importante, porque, adulteramos, inclusive, pólos de desenvolvimento do turismo, que não vou entrar nesses pormenores. Ou ainda, Sr. Ministro, também ao nível da cooperação com Cabo-Verde, talvez pudesse arranjar outros técnicos que, conjuntamente com técnicos sãotomenses, pudéssemos, efectivamente, actualizar o plano director do turismo.

Posto isso, gostaria que vissemos a rubrica 3456, que fala sobre a desconcentração dos serviços de apoio a agricultura. Creio que se trata de criação de pólos de desenvolvimento da agricultura, não sei se estou enganado, pólos esses, que serão fixados nas regiões, no caso concreto da Região Autónoma do Príncipe, e nos distritos, ou dividir o País por regiões, não sei como é vai ser. Mas essa verba destina-se à instalação e apetrecho de residência desses técnicos, transportes, etc., etc. O que é, concretamente, desconcentração do serviço de apoio a agricultura?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano para a última intervenção.

O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento: — Sr. Presidente, quanto ao esclarecimento sugerido pelo Sr. Deputado António Barros, relativamente à questão dos barcos, gostaria de reafirmar que, em nenhum momento, dissemos e nem podíamos dizer que a União Europeia é quem se responsabilizará em caso de acidente. O que dissemos é o problema existe, aqueles barcos que ainda estão nas nossas águas, alguns estão meios afundados, o problema é real, não temos recursos para poder afundá-los, ou destruir essas embarcações, daí que, na abordagem que tivemos com o Embaixador da União Europeia, sediada em Libreville, abordámos duas questões: primeiro, a questão, se calhar, mais grave que é a dos marinheiros, relativamente ao qual a União Europeia negou qualquer responsabilidade ou qualquer possibilidade de pagamento de indemnização, tendo-se disponibilizado apenas, caso o Governo pretender, apoio jurídico para accionar mecanismos de responsabilização do armador. Segundo, disponibilizou-se também na possibilidade de poder apoiar na questão do afundamento dos barcos. Obviamente, em caso de acidente, não é a União Europeia que será chamada à responsabilidade. Portanto, gostaríamos que isso ficasse, suficientemente, claro!

O que podemos adicionar a isso é que, se internamente tivéssemos meios para resolver esse problema, provavelmente já estaria resolvido. Assim como o problema dos marinheiros que, até a presente data, não encontraram solução aos seus problemas. Portanto, a opção União Europeia é uma via de solução para tentarmos resolver o problema, daí que não é adequado e, a esse nível, julgo eu, que não é permitido, querermos, de alguma forma, associar a União Europeia à qualquer responsabilidade eventual, em caso de acidente.

O Sr. Deputado António Barros levantou também a questão da Câmara do Comércio. Devo dizer que não se trata de um despejo. Os despejos só podem ser feitos pelos Tribunais e não somos Tribunal. Daí que não damos ordem de nenhum despejo a Câmara do Comércio!

O que dissemos, respeitosamente, à Câmara do Comércio foi que, tendo a Direcção do Turismo sido transformada em Direcção - Geral do Turismo, com necessidade de se criar algumas direcções, precisamos do

espaço para poder colocar, de forma condigna, os serviços. Daí que solicitamos a ela que encontrasse alternativa para a sua instalação. Isto fizemos em início de Dezembro, tendo o prazo sido fixado para 15 de Janeiro, portanto, amanhã.

Ao fazermos isso, não é porque temos desrespeito pela Câmara do Comércio, é porque temos uma problemática de espaço para os serviços públicos, que é real. Temos alguns desses serviços arrendados em patrimónios privados e não podemos compreender como é que o Estado, que não tem espaço suficiente para albergar os seus serviços, disponibiliza à serviços que, ainda que tenham reconhecimento de utilidade pública, ficando os seus servidos em casas arrendadas e, muitas vezes, com dívidas avultadas e com litígios judiciais.

Como tínhamos conhecimento que o Estado pôs à disposição da Câmara do Comércio a gestão do cinema Marcelo da Veiga, tendo, inclusive, feito um contrato de arrendamento com privados, relativamente a gestão daquele espaço, achamos que havia a possibilidade da Câmara, ela própria, instalar-se naquele espaço, momentaneamente no espaço que tinha sido criado para o centro de arbitragem que estava completamente fechado.

Tivemos a oportunidade de chamar o Sr. Presidente da Câmara do Comércio e conversar com ele. Ele falou-nos de que estava de acordo e que, simplesmente, aquele espaço do Marcelo da Veiga requeria alguma intervenção para a criação de um espaço de separação para poder, ele próprio, ter um gabinete em separado, porque aquilo era um *open space*.

Falou-nos também do próprio projecto de construção do edifício da Câmara do Comércio que está estagnado por falta de verba. Neste momento, o que tivemos foi a comunicação da Câmara de que as obras de reabilitação, para se criar um gabinete para o presidente, custam cerca de 31 milhões de Dobras e pede ao Estado que financie esta obra. Bom, com o devido respeito pela Câmara do Comércio, devo dizer o seguinte: acima dela está o Estado e estão as instituições do mesmo.

Vejo muito mal, e esta é uma opinião meramente pessoal, uma Câmara do Comércio, que é associação de empresários, não poder reunir meios para criar um biombo de separação para albergar o seu presidente.

Qualquer pessoa que lida com a Câmara do Comércio sabe que o seu presidente, no espaço actual, não tem um gabinete próprio, nem condigno. Ele trabalha numa sala de reuniões e, normalmente, não está lá. Ainda ontem estivemos lá para saber o estado de avanço da transição e disseram-nos, bom, que não estava lá nem o presidente, nem o secretário. Estava lá uma senhora que disse que «o presidente raras vezes vem para aqui, se queremos encontrá-lo o presidente, é na farmácia Cabral, ou é no Consulado de Holanda».

Daí que acho que ficaria mal ao Estado ir a procura de um espaço privado para arrendar, para albergar os serviços da Direcção do Turismo e Hotelaria, permitindo a Câmara do Comércio, que tem três ou quatro pessoas, de continuar a ocupar o espaço, quando tem o cinema Marcelo da Veiga. Até acho que, para a sua maior dignidade, e esta é uma opinião pessoal, deveria fazer a imagem de muitos particulares, ir ao banco e encontrar crédito para financiar a construção de um edifício mais condigno.

O Estado, em altura devida, quis participar nesse processo, através de Taiwan que, julgo eu, ter financiado uma parte da construção, mas, por aquilo que sabemos, o próprio Taiwan, ou não está mais interessado, ou as verbas que deviam ser destinadas a isso tiveram outro destino, se calhar, mais útil.

Mas a verdade é que acho que não é uma questão de não querermos encontrar um espaço para a Câmara, mas sinto-me muito mal quando vejo serviços públicos a trabalhar em condições precárias e temos uma instituição que é privada, embora com reconhecimento de utilidade pública, ocupando um espaço do Estado e obrigar-nos a ir arrendar um outro para instalarmos os nossos serviços.

Quando falo disso, falo hoje da Direcção - Geral do Turismo, mas as pessoas que conhecem, quando visitam, por exemplo, a Direcção do Comércio, da Indústria, só podem de facto sentir-se envergonhadas.

Fazendo a transição, e para terminar, antes de passar a palavra ao Sr. Director do Planeamento para mais esclarecimentos, dizer ao Sr. Deputado Delfim Neves que respeito a sua opinião em termos de não ter que me sentir envergonhado, mas devo dizer que cada pessoa é uma pessoa!

Há quem lida bem com qualquer tipo de questão, há quem lida mal com os mesmos tipos de questão. Devo confessar que sinto-me envergonhado em relação a algumas questões. A título de exemplo, ia sugerir, não só aos deputados aqui presentes, mas a todos os são-tomenses, a leitura de uma passagem de livro sobre a economia de São Tomé e Príncipe, escrita já há algum tempo. Tive a oportunidade de ler este livro em 1995, que me foi oferecido por um colega português, na altura em que eu estava a fazer magistratura, numa das suas passagens, dizia que «o fôro é uma raça daninha, pior que a dos ratos», e está escrito e publicado.

Pode não corresponder à verdade, mas temos uma obrigação, cada um de nós, de demonstrar, de facto, que não é essa raça daninha pior que a dos ratos.

**O Sr. Presidente:** — Qual é a frase, Sr. Ministro?

**O Orador:** — «O fôro é uma raça daninha pior que a dos ratos».

Peço desculpas, Sr. Presidente, é só para dizer que, a partir daí, tenho algumas razões para me sentir envergonhado se não fui capaz de demonstrar o contrário.

**O Sr. Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Director do Planeamento para um complemento.

O Sr. Director do Planeamento do Ministério do Plano e Desenvolvimento: — Sr. Presidente, quanto ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Guilherme Octaviano com relação ao inquérito de orçamento familiar. Este é um inquérito caro, ...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Guilherme Octaviano, o Sr. Director está a fazer os esclarecimentos adicionais.

O Orador: — ... e exige uma assistência técnica especializada.

Daí que foi solicitado o apoio, com o financiamento dessa assistência, no quadro desse projecto. Por isso, aí estão previstos cerca de seis assistências técnicas para produção dos dados que tem a ver com as condições de vida das famílias.

Com relação à formação, também neste quadro está prevista uma série de formações, no âmbito da estatística, de análise e tratamento de dados, e também uma vez que essa intervenção visa o reforço das capacidades da Administração, e tendo em conta a questão que mencionei, que é o facto de o País constar da lista negra ao nível da União Europeia da aviação civil, estão previstas também formações e assistência técnica às autoridades da aviação civil, incluindo a formação de fiscais e pilotos.

Creio ter esclarecido a preocupação do Sr. Deputado.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Albertino Bragança.

O Sr. Albertino Bragança (PCD): — Sr. Presidente, era só para esclarecer que não foi um são-tomense que disse isso. Essa expressão é insultuosa para os são-tomenses. É uma citação que se tirou de um autor que era um fascista conhecido, que tinha essa impressão sobre os são-tomenses.

Era para esclarecer o Sr. Ministro e também os presentes, que os são-tomenses não falam assim dos são-tomenses.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, julgo que não deveremos ser repetitivos em muitas questões, acho que estamos a entrar num ciclo vicioso.

Todavia, gostaria, para não assumir posições não democráticas, de pedir aos próximos oradores que fossem breves e concisos, sob pena de eu encerrar os debates.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, não fui esclarecido sobre a questão que levantei, relativamente a desconcentração dos serviços de apoio à agricultura.

Só com o esclarecimento do Sr. Ministro é que gostaria depois de prosseguir essa intervenção.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado tem razão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Octaviano.

O Sr. Guilherme Octaviano (MLSTP/PSD): — Sr. Presidente, como sou um autodidacta, gostaria que Sua Excelência o Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento, me citasse o livro e o autor para recorrer aos meus arquivos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano.

O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento: — Sr. Presidente, queria pedir desculpas ao Sr. Deputado Jorge Correia, de facto, passaram-me duas questões.

Primeiro, a que tem a ver com a questão das delegações regionais. De facto, o que pretendemos a esse nível é a descentralização dos serviços da agricultura. Acreditamos que é necessário que a agricultura esteja mais próxima dos agricultores, de quem faz a agricultura no dia-a-dia, quer em termos de apoio em insumos, quer em termos de apoio técnico.

De maneira que pretendemos identificar algumas zonas, em função da distribuição do País, para colocar, em articulação com as câmaras distritais, delegações regionais dos serviços da agricultura que vai abranger a agricultura, a pecuária e florestas.

Portanto, estas verbas destinam-se, entre outras coisas, à reabilitação dos espaços disponibilizados para esse efeito e à criação de condições, em termos de apetrechos, para que esses serviços se possam instalar e funcionar.

A outra questão, que era mais uma contribuição ligada à problemática do plano director do turismo, dizer que registamos o contributo. É verdade que da parte da OMT parece que as coisas estão um pouco vedadas devido ao carácter avultado da dívida que temos.

Mas tivemos uma proposta da necessidade de apresentar um plano de amortização dessas dívidas, que poderão, de facto, abrir portas a outras oportunidades e vamos explorar essa via e, nesse quadro, contar com o apoio de especialistas para ajudar os técnicos nacionais a actualizar o plano director do turismo.

Mas, dizer também que no âmbito do apoio à implementação desse plano, com o apoio de Espanha, haverá um técnico que virá para o País e que também vai ajudar, de alguma forma, nisso. Mas, o que quisemos dizer é que

muitas vezes ficamos com as coisas por fazer, porque estamos na dependência de contributos do exterior, em vez de pormos os nossos técnicos nacionais a trabalhar e a fazer um pouco as coisas.

Ao Sr. Deputado Guilherme Octaviano, terei o prazer, no mais breve espaço de tempo possível, de lhe fornecer a cópia do tal livro que tive a oportunidade de ler, para que o Sr. Deputado também possa ver outras coisas, que não são apenas essas que acabei de dizer.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Correia.

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sr. Presidente, gostaria de dar os meus parabéns ao Governo se efectivamente, conseguirmos fazer a tal desconcentração dos serviços de apoio à agricultura, que é coisa extremamente importante. É algo que já se sonha há muito tempo e esperamos que esse sonho se torne realidade. Pois, fazer agricultura aí no ministério, os técnicos aí no ministério e a agricultura lá onde está, não funciona.

Mas é uma preocupação minha e que acho que deveríamos tentar analisar. É uma acção que deve ser posta em prática, mas, Sr. Ministro, pessoalmente entendo que as fontes de financiamento é que me põem algumas dúvidas. Foi-me dito que a fonte de financiamento «Guiné Equatorial» é um donativo, não quero pôr em dúvida que não seja uma fonte credível, mas não tem nada a comparar com a fonte «Taiwan», que é uma fonte que já conhecemos.

Sr. Ministro, por exemplo, «formação de jovens em regimes de alternância nas profissões agrícolas»; «criação e promoção de produtos turísticos»; o outro que é extremamente importante, que é «projecto de apoio ao melhoramento de produção animal»; «instalação de pequenas unidades de transformação de produtos locais»; outra ainda, «luta contra o abate ilegal das árvores», essas rubricas que acabei de apontar têm o financiamento de Guiné Equatorial, e esta aqui da agricultura, que é boa, tem de Taiwan. Não seria bom que procurássemos, realmente, uma dessas que necessita de garantia absoluta – absoluta não, não se fala de «absoluta» nesse contexto, mas seja como for de muito mais confiança o financiamento de Taiwan -, e que trocássemos esse financiamento, não é possível isso? Ou a fonte de financiamento «Guiné Equatorial» não aceitaria?

É uma proposta que faço à Mesa e aos Srs. Deputados.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro do Plano para os devidos esclarecimentos sobre esta proposta concreta que o Sr. Deputado Jorge Correia acaba de apresentar.

O Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento: — Sr. Presidente, pediria ao Sr. Ministro das Finanças para responder a esta questão, com a vossa permissão

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças para os devidos esclarecimentos.

O Sr. Ministro das Finanças e Cooperação Internacional: — Sr. Presidente, acho que desde outras reuniões, o Sr. Deputado Jorge Correia tem solicitado a mudança de fonte de financiamento desta ou aquela acção.

Entendo a preocupação do Sr. Deputado, mas queria lhe dizer que, se estivéssemos a fazer essas mudanças em função de alguns projectos que acha que é mais importante que outros, neste momento estaríamos com todas as acções afectas àquelas fontes de financiamentos, que realmente acha que são mais seguras. Neste momento, muitas acções que, daqui em diante, vamos encontrar até o término dessa discussão que também são muito importantes, não teríamos outra fonte de financiamento para afectar.

Por isso, entendo a preocupação e agrada-me saber, em termos de prioridade, a pretensão, mas para mim não seria resolução do problema na sua globalidade. Seria, atender o problema do turismo, ou da agricultura neste momento com essa fonte de financiamento e depois quando chegarmos a Educação, Saúde, Obras Públicas e Recursos Naturais, que tem muitas acções, com certeza que ainda não passamos por 70% delas, ficaríamos com outras fontes de financiamento que, certamente, não encontrariam enquadramento nessas chamadas prioritárias.

Mas, tendo em conta que são acções, realmente, prioritárias e que o senhor faz referência, ao nível da execução, caso for necessário, podemos ver como enquadrá-las melhor, por um lado.

Por outro lado, esses projectos são quase que já identificados e afectos à essa ou aquela fonte de financiamento desde a sua elaboração no orçamento, acho que aqui estaríamos a desvirtuar todo o Orçamento se tivéssemos que substituir fontes de financiamento, agora já e aqui.

Portanto, o que devo dizer é que vamos registar isso como uma preocupação e vermos o que é que se pode fazer durante o processo de execução do Orçamento.

O Sr. Presidente: — Quero chamar a atenção aos Srs. Deputados para essa proposta, o Governo, como diz bem o Sr. Deputado Delfim Neves, tem as suas opções. A questão dos financiamentos, muitas vezes, eles são negociados e direcionados para determinados projectos.

Daí que as propostas de alteração poderão, eventualmente, dificultar o financiamento das acções.

Atendendo os esclarecimentos do Sr. Ministro, gostaria de saber se o Sr. Deputado insiste na sua proposta?

O Sr. Jorge Correia (PCD): — Sim, insisto! A explicação que deu o Sr. Ministro não me convence. Primeiro, isto está no mesmo Ministério e, enquanto se está a pensar para ir preparar uma casa para um engenheiro agrónomo ficar em Angolares, não sei se é mais prioritário, por exemplo, aqui nesse contexto, a formação de jovens em regime

de alternância nas profissões agrícolas. Estou a ver qual dessas ações é mais importante para o País e que tem mais urgência.

Concordo que seja um problema do Governo, ele tem a sua opção, mas saio de aqui não convencido. Principalmente, quando o Sr. Ministro quer tirar ilações das discussões anteriores para o caso concreto que estamos a ver. Estou a ver o caso de um ministério, o de Plano e Desenvolvimento, não estou a pedir que a verba saia desse Ministério para outros fins, mas estou a ver a prioridade das prioridades.

Sim senhor, instalar os técnicos naquela zona,...

**O Sr. Presidente:** — Sr. Deputado Jorge Correia, concretamente está a propor que alterações?

**O Orador:** — Estou a propor é que aquela verba da rubrica 3456, «desconcentração dos serviços de apoio à agricultura», é coisa útil, mas estou a ver aqui coisas muito mais importantes que devem ser tidas já de imediato. Por exemplo, «luta contra abate ilegal de árvores», ficaríamos à espera que Guiné Equatorial nos desbloqueasse a verba, imaginemos que não nos dê dinheiro tão depressa!?

É um exemplo, mas o Governo tem a sua opção. Muito obrigado.

**O Sr. Presidente:** — Não sei se, para além da última intervenção, o Sr. Ministro quer fazer algum esclarecimento adicional?

Não sendo o caso, Srs. Deputados, como vimos, foi uma discussão interessante e apaixonante. Como disse, é o Ministério que briga com a nossa subsistência, enquanto sector primário, agricultura, pesca, turismo...

**O Orador:** — Sr. Presidente, gostaria de acabar a minha intervenção, se me permite.

**O Sr. Presidente:** — Se faz favor, tem a palavra.

**O Orador:** — Acho que o deputado não deve fazer propostas! Não farei mais nenhuma proposta nesse contexto, porque sei que as propostas são feitas e há sempre contornos para não as aceitar.

**O Sr. Presidente:** — Não, Sr. Deputado. Estamos em sede da 2.ª Comissão, se o senhor insiste numa proposta concreta, podemos alterar o mecanismo que temos estado a adoptar, de adopção de consenso e faremos a votação, para respeitar as normas da nossa própria Casa. Não podemos assumir a postura de que não vamos propor porque o Governo tem uma opção. Se concluirmos que é importante, sem adulterar a filosofia do documento, e que é possível fazer alterações, fazemo-la, mas teríamos que recorrer ao sistema de votação.

**O Orador:** — Sr. Ministro, não quero entrar em diálogo, mas ontem quando se falou da PIC, defendeu-se tanto essa instituição e não se tirou um centavo de parte alguma para reforçá-la. E hoje faz-se uma proposta, o argumento é mais ou menos o mesmo.

**O Sr. Presidente:** — Srs. Deputados, eu enquanto Presidente, tenho a obrigação de conduzir os trabalhos com a harmonia que tem caracterizado as nossas discussões.

Quero apenas dizer aos Srs. Deputados que temos a obrigação de contribuir para a melhoria e, se por convicção, entendermos que há propostas concretas que devemos fazer, devemos fazê-la e, se tornar necessário, votá-las! Por isso é que digo que devemos continuar a contribuir, como temos feito até então.

Se não estamos devidamente esclarecidos, ou mesmo sem estarmos convencidos nem de acordo, deixamos que as propostas do Governo se mantenham; ou se achamos que elas devem ser alteradas para contribuir para a melhoria do OGE sem desfigurar o Orçamento, devemos fazê-lo, mas recorrendo ao voto...

**O Sr. Jorge Correia (PCD):** — Não quero votação nem mais nada!

**O Sr. Presidente:** — Portanto, não sendo o caso, vamos considerar ultrapassadas as questões, agradecendo a contribuição de todos e considerar também adoptado, por consenso, a rubrica Ministério do Plano e Desenvolvimento.

Agradecemos a presença e os esclarecimentos do Sr. Ministro do Plano e Desenvolvimento.

Vamos fazer um intervalo de 10 minutos para depois retomarmos, desta feita, com o Ministério das Obras Públicas e Recursos Naturais.

*Eram 11 horas.*